



## **IDENTIDADES E AS NARRATIVAS DE GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA INTERCULTURALIDADE.**

Losandro Antonio Tedeschi<sup>1</sup>

### *Introdução*

O universo cultural e social humano se organiza em torno da dicotomia sexual, associando cada pólo a um campo de atributos e significações em que se exprimem diferenças e complementaridades. Ex: quente/frio, seco/úmido, ordem/desordem, ativo/passivo etc. As relações culturais se constroem sobre os contrários. Mas essas características na história se revestiram de regras universais calcadas na natureza humana. Numa abordagem antropológica, a identidade é uma construção que se faz com atributos culturais, isto é, ela se caracteriza pelo conjunto de elementos culturais adquiridos pelo indivíduo através da cultura. A identidade confere a diferença aos grupos humanos.

Nesse texto vamos discorrer sobre alguns aspectos que permeiam os estudos de gênero e sua relação com as questões que envolvem a interculturalidade - tomada aqui como uma superação das barreiras culturais que separam, invisibilizam e excluem o “outro”- construída numa perspectiva dialógica, numa multiplicidade cultural e social capaz de promover a reconstituição do próprio sujeito.

### *Gênero e Interculturalidade*

As identidades sejam elas sexuais, de gênero, geração, raça, religião, etnia, etc., não são um produto acabado, senão um processo contínuo que nunca se completa, subjetivando-se em seu espaço e tempo. Os sujeitos são, portanto, fluídos e se constroem no transcurso de complexas histórias, fundadas num sentimento de pertença que torna possível o funcionamento da vida, embora estejam sempre sujeitos a mudança e revisões. Ou seja, são constituídos no interior de jogos de poder, estão implicados, portanto, nas operações de inclusão e de exclusão.

No momento em que se classifica, ou se nomeia se elege um modo de subjetivação. Podemos exemplificar o que foi dito a partir do fato de que ser, por exemplo ‘mulher branca’, ‘menina branca’ passa a ser ‘natural’ e tudo que é diferente dela, *o outro* de seu gênero, da sua

---

<sup>1</sup> Doutor em História Latino Americana, pesquisador na área de História e Gênero, História das Mulheres, Memória e Interculturalidade. Coordena o *LEGHI* – Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e o *PROJOVEM* – Campo Saberes da Terra, (pós-graduação) para professores do campo.



sexualidade, da sua raça, etc... torna-se, negativo, diferente, *o outro* - aquele que precisa viver com e através da diferença.

No imaginário masculino, as mulheres, percebidas não só como diferentes, mas, sobretudo, como inferiores, ocupam, paradoxalmente, um lugar inferior. Essa desigualdade se exprime nos sistemas simbólicos e de representação<sup>2</sup> e se realimenta, reforçando uma fronteira que parece ser intransponível, e que separa fazeres e saberes de homens e mulheres.

A partir das narrativas históricas tradicionais que desvalorizavam o universo feminino, as próprias mulheres alimentaram o equivoco, aceitando como definição de um mundo igualitário aquele em que teriam “apenas” que continuar sendo as mesmas de sempre, acrescentando em suas vidas, vivências até então próprias do masculino.

E foi assim que a “igualdade” entre os sexos nasceu, resultando numa estranha conta de somar: feminino + masculino = masculino. A crise da identidade, da subserviência denunciada pelas teorias feministas levou as mulheres a entender a sua inexistência enquanto sujeito de direitos.<sup>3</sup> Tais considerações perturbam e deslocam o eixo das tendências estáveis e unificantes que muitas vezes perpassam as nossas conversas ou os nossos estudos. Quando as diferenças culturais são consideradas numa perspectiva estereotipada, focalizam-se apenas as manifestações externas e particulares dos fenômenos culturais. Deixa-se de valorizar devidamente os sujeitos sociais que produzem tais manifestações culturais, ou não se consegue compreender a densidade, a dinamicidade e a complexidade dos significados que eles tecem.

Na maioria das vezes, as relações entre culturas diferentes são consideradas a partir de uma lógica binária (índio *x* branco, centro *x* periferia, dominador *x* dominado, sul *x* norte, homem *x* mulher, normal *x* anormal...) que não permite compreender a complexidade dos agentes e das relações subentendidas em cada pólo, nem a reciprocidade das inter-relações, nem a pluralidade e a variabilidade dos significados produzidos nessas relações.

---

<sup>2</sup> Roger Chartier refere que “representar é fazer conhecer as coisas imediatamente pela “pintura de um objeto”, “pelas palavras e pelos gestos”, por algumas figuras, por algumas marcas – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Para o autor, as representações sociais podem ser concebidas como algumas das respostas que as coletividades dão aos seus conflitos, divisões, violências reais ou potenciais, consentindo nas ações, constituindo uma força reguladora da vida cotidiana e coletiva, pois é no centro das representações, dos imaginários, que o problema da legitimação do poder se encontra. E, como nenhum poder advém de qualquer princípio universal, físico, biológico ou espiritual, para se impor ele precisa ser legitimado por um conjunto de relações de sentido. Por isso, as representações sociais tornam-se inteligíveis e comunicáveis por meio da produção de discursos. Chartier acrescenta ainda que “a fusão entre as informações e valores faz com que as representações sociais se constituam numa força unificadora que suscita a adesão dos indivíduos a um sistema de valores, de práticas discursivas, intervindo nos processos de interiorização e, muitas vezes, levando-os a uma ação comum”. CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre as certezas e inquietudes*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *Elogio da diferença. O feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1999.



Mesmo concepções críticas das relações interculturais podem ser assimiladas a entendimentos redutivos e imobilizantes. Assim, o conceito de *dominação cultural*, se enredado numa lógica binária e bipolar, pode levar a supor que os significados produzidos por um sujeito social são determinados unidirecionalmente pela referência cultural de outro sujeito. Esse entendimento pode reforçar o processo de sujeição à medida que, ao enfatizar a ação de *um* sujeito *sobre o outro*, obscurece o hibridismo das identidades, a ambivalência e a reciprocidade das relações sociais, assim como a capacidade de autoria dos diferentes sujeitos sociais.

A definição de cultura de Geertz<sup>4</sup> demonstra a sua intenção em marcar que a construção da cultura é feita pelos próprios homens, possibilitando que se percebam as construções essencialmente históricas; desta forma, os conflitos sociais estão presentes tanto na produção quanto na apropriação da cultura. Porém, esta tendência antropológica na história cultural é plausível de críticas; Chartier<sup>5</sup> observa que a busca de significados pode anular as diferenças na apropriação ou no uso das formas culturais e o anseio pela ordem e o significado podem obscurecer a existência da luta e do conflito, presentes nas relações sociais. A crítica de Chartier serve como indicativo da importância da contextualização da cultura no mundo social, bem como a sua relação com a construção das identidades sexuais.

A pós-modernidade, conforme GIROUX, tem revelado que a ‘verdade’ da cultura ocidental é intencionalmente uma narrativa que apaga de maneira implacável as histórias, as tradições e as vozes daqueles que, em virtude de raça, classe e gênero, constituem o outro<sup>6</sup>.

A contribuição de GIROUX vem no sentido de produzir uma reflexão sobre a relação centro/margem, dentro do contexto pós-moderno, desafiando as formas e os conteúdos dominantes de conhecimento e, além disso, propondo uma definição de novos objetos de estudo que não se encontravam antes representados nos discursos do mundo ocidental. Nesse sentido, Louro destaca que:

Na discussão deste novo entendimento sobre a noção de centro e margem, é necessário um cuidado teórico para que as margens não se transformem num novo centro, havendo um movimento tão somente de inversão de posições. O deslocamento merece uma reflexão aprofundada sobre os espaços, os tempos e os sujeitos<sup>7</sup>.

Assim, no processo de reconceituação da cultura e de reconhecimento de novas identidades culturais, há uma ruptura com a visão unilateral, homogênea, monolítica e patriarcal para se

<sup>4</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>5</sup> Comentário de Lynn Hunt sobre a obra de Chartier em HUNT, Lynn (org). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.17.

<sup>6</sup> GIROUX, Henry; SIMON, Roger. *Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana e a base para o conhecimento curricular*. IN: SILVA, Tomas Tadeu (org) *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995. p.71

<sup>7</sup> LOURO, Guacira Lopes. *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Ed Vozes, 2003, p. 43.



construir um entendimento a partir de vários olhares que interrompe a linearidade e passa a entender os processos culturais como múltiplos e também descontínuos. É nesta perspectiva da diversidade cultural ou da multiculturalidade que focalizamos a questão das diferenças e das relações de gênero nas políticas públicas e na cultura educacional no país.

Respeitar os valores sexuais, étnicos e culturais, como expressão do reconhecimento à diversidade, é, indubitavelmente, um grande passo no sentido de garantir uma discussão, no universo escolar, que busque superar as discriminações. Compreendendo a lógica da construção dos papéis sexuais construídos na escola, por exemplo, leva-nos a um rompimento com a cultura do silêncio que tem beneficiado enormemente a homogeneização e que é, sem sombra de dúvida, uma cultura de negação das mulheres na história, como um forte mecanismo de exclusão social que tem se perpetuado, também, pelas práticas educativas.

Evidentemente, no trato com as questões referentes à superação da desigualdade de gênero nenhuma análise poderá ser empreendida sem que haja uma tentativa de compreensão da forma como as relações de poder e as representações sociais são construídas, postas e hierarquizadas dentro de uma determinada sociedade. O reconhecimento do plural, do diferente, do excêntrico, forçou a construção de um novo conceito de cultura que fizesse referência ao complexo, ao múltiplo, ao não linear.

Tratada sob a perspectiva da construção cultural, a identidade sexual, como sugere Butler<sup>8</sup>, também é simultaneamente pedagógica porque se tornar homem ou mulher são aprendizados construídos e representados socialmente. Como qualquer identidade, também a identidade sexual é plural, relacional e historicamente situada, sujeita às diversas oscilações na sociedade contemporânea. Nesta análise relacional Butler (2003) agrupa homens heterossexuais no primeiro grupo; homossexuais, mulheres ou homens, bem como os transexuais, bissexuais ou intersexuais no segundo grupo, enquanto este necessita do primeiro grupo para se definir e continuar se definindo socialmente, o primeiro precisa da identidade do outro apenas como contra prova da sua identidade sexual.

As oposições binárias, características da tradição filosófica ocidental, adquirem significativa importância para pensarmos a cidadania. Igualdades *versus* diferença também costuma parecer entre estas dicotomias. No entanto, essas oposições são interdependentes e hierárquicas. A hierarquia é construída com a oposição de um termo dominante a outro subordinado ou secundário. É desse modo que as diferenças são tradicionalmente organizadas:

---

<sup>8</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.



Os homens sempre foram considerados como representantes do universal (dos indivíduos socialmente indiferenciados, descorporificados e assexuados) enquanto as mulheres eram consideradas exemplos do particular (corporificadas, sexuadas e socialmente diferenciadas).<sup>9</sup>

Desse modo, as diferenças, dentre elas, as diferenças sexuais, não são desprezadas, mas utilizadas para organizar uma estrutura hierárquica. Isto torna o problema ainda mais complexo. Falarmos em relações de gênero numa perspectiva intercultural é entendermos que a naturalização das diferenças sexuais é à base da exclusão das mulheres da cidadania e da participação política. E aí vem a tona certos questionamentos: que papel desempenha esta diferença para o combate da exclusão feminina? Qual a melhor saída: insistir na universalidade, reivindicando que esta realize sua promessa de neutralidade e assim não discrimine os sujeitos políticos por seu sexo, sua cultura? Ou diferentemente, defender a diferença como parte constitutiva e irreduzível dos sujeitos? Ou seja:

As diferenças entre grupos sociais criados por exclusões prévias devem ser positivamente reconhecidas para que se supere a discriminação? O tratamento preferencial é necessário para compensar erros do passado? Tal tratamento não seria uma forma de aceitar e reproduzir as mesmas diferenças que são a base da discriminação? A discriminação positiva é resposta à discriminação negativa?<sup>10</sup>

Para Scott, a forma possível e necessária de enfrentar as questões da diferença é desconstruir a disjuntiva criada entre igualdade e diferença, mostrando que “a própria antítese esconde a interdependência dos dois termos, já que a igualdade não é a eliminação da diferença, e a diferença não exclui a igualdade. Desse modo rejeita-se a escolha entre igualdade ou diferença, rechaçando a idéia de que constituem uma oposição, e o “dilema da diferença” torna-se um “falso dilema”.<sup>11</sup>

Tomando-se nos estudos culturais igualdade e diferença como antíteses, cria-se para os grupos sociais a tarefa impossível de eleger uma das estratégias: defender a igualdade e negar a diferença ou, ao contrário, defender a diferença e negar a igualdade. Isto acaba por constituir uma armadilha para os movimentos. Conforme Scott.

Quando a igualdade e diferença se discutem dicotomicamente, estruturam uma eleição impossível. Se alguém optar pela igualdade, estará forçado a aceitar que a noção de diferença é sua antítese. Se alguém optar pela diferença, admitirá que a igualdade é inalcançável (...) Nós, as feministas, não podemos renunciar à diferença; tem sido nossa ferramenta analítica mais criativa. Não podemos renunciar à igualdade, ao menos quando desejemos nos referir aos princípios e valores de nosso sistema político<sup>12</sup>.

Igualdade e diferença assim entendidas, não representam escolhas estratégicas a serem feitas pelas feministas, pois estas não podem abrir mão nem de uma, nem de outra. Partir deste ponto de vista implica em abordar as diferenças não somente como externas, mas também como internas.

<sup>9</sup> SCOTT, Joan. *La querelle des femmes – no final do século XX*. Revista estudos feministas, V.9, n.2/2001,p.367-388. Florianópolis: CFH/UFSC,p.376.

<sup>10</sup> Idem, p. 374

<sup>11</sup> Ibidem, p.377

<sup>12</sup> SCOTT, Joan. *Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista*. Debate feminista. Cidadania e feminismo (edição especial). São Paulo: Cia Melhoramentos, 1999.p.207



Dito de outro modo, não basta debater as diferenças entre homens e mulheres (diferenças externas), é preciso também debater as múltiplas diferenças entre homens e mulheres (diferenças internas). Se não nascemos homens e mulheres, mas somos construídos como tal, conforme já dizia Simone de Beauvoir, logo esta construção é histórica e social e, sendo assim, existem múltiplas formas de construir o que é *ser homem* e o que é *ser mulher*. Como diz Scott, “nosso objetivo não é só ver as diferenças entre os sexos, como também as formas em que estas funcionam para reprimir as diferenças no interior de cada grupo de gênero”.<sup>13</sup>

Ao longo da história, o debate da diferença entre os sexos desenvolveu-se principalmente entre duas perspectivas: a essencialista e a culturalista. O discurso essencialista exalta a “diferença sexual” e defende a existência de uma “essência feminina”. Psicologizando ou biologizando as constatações sociológicas e culturais historicamente produzidas, realizam afirmações universalistas que aprisionam a feminilidade em modelos estruturados, ainda que ideologicamente valorizados (mulher como mãe e esposa). Supõe um feminismo universal e acaba justificando a discriminação das mulheres em função da essência feminina.

Na perspectiva culturalista, as diferenças sexuais provêm da socialização e da cultura. Sob esta ótica, a superação da ordem e das leis patriarcais eliminaria as diferenças sexuais. Uma terceira perspectiva, desenvolvida pela feminista francesa Françoise Collin (1992)<sup>14</sup>, a partir do conceito de pluralidade de Hannah Arendt, reúne os conceitos antagônicos de igualdade e diferença na constituição de uma categoria que não só respeita as diferenças como necessita delas. Collin propõe pensar a diferença em três níveis: entre o sujeito-mulher e a sua condição de mulher; entre as mulheres; e entre as mulheres e o mundo dos homens. Com relação à diferença entre o sujeito mulher e a sua condição de mulher, lembra que uma mulher não é só uma mulher. Um sujeito mulher não se reduz à sua feminilidade; ao contrário, é um sujeito heterogêneo. Sobre a diferença entre as mulheres, aponta para a necessidade de construir um novo tipo de sociabilidade entre elas, que incorpore e articule as diferenças. Com relação às diferenças entre as mulheres e o mundo dos homens, ressalta a necessidade de uma nova forma de compreensão dessa relação.

Para Collin (1992), a diferença sexual não é uma questão teórica, mas sim uma questão da práxis. A diferença sexual só aparece na experiência do diálogo que confronta uma mulher e um homem, mulheres e homens, um sujeito-mulher (ou homem) e a sua condição de gênero, no espaço público, social ou privado. A proposta de Collin incorpora, em um diálogo contínuo, a igualdade e

---

<sup>13</sup> Idem, p.208.

<sup>14</sup> COLLIN, Françoise. *Práxis de la différence*. Paris: Les Cahiers du Grief, 1992



as diferenças sem negá-las, num constante jogo dialético em que a pluralidade e o diálogo são os princípios fundamentais.

A desconstrução da oposição binária igualdade/diferença também é defendida por Scott (1988)<sup>15</sup>, à luz de Derrida. Segundo ela, a própria antítese *igualdade versus diferença* oculta a interdependência dos dois termos, uma vez que a igualdade não é a eliminação da diferença e a diferença não impede a igualdade. Desconstruída essa antítese, diz Scott, será possível não só dizer que os seres humanos nascem iguais, mas diferentes, como também sustentar que a igualdade reside na diferença. Para a autora, o uso do discurso da diferença macho-fêmea envolve uma outra cilada: oculta as diferenças entre as mulheres (e entre homens), no comportamento, no caráter, no desejo, na subjetividade, na sexualidade, na identificação de gênero e na experiência histórica.

Há uma enorme diversidade de identidades de mulheres e homens, que supera essa classificação masculino/feminino; a categoria macho/fêmea suprime as diferenças dentro de cada categoria. A única alternativa é, pois, recusar a oposição igualdade/diferença e insistir continuamente nas diferenças como a condição das identidades individuais e coletivas, como o verdadeiro sentido da própria identidade. Na proposta desconstrucionista de Scott, a diferença binária daria lugar à diferença múltipla, única forma de fugir das armadilhas da disjunção igualdade ou diferença.

Para Louro (1997) sexo não é o mesmo que gênero, tendo em vista que, falar em sexo é se referir ao biológico de um sujeito e falar em gênero, diz respeito à sua construção social como sujeito masculino ou feminino. Porém, o gênero envolve ‘corpos sexuados’ e um corpo sexuado se constitui a partir dos discursos que procuram fixar algumas formas de sexualidade e erotização consideradas ‘perversas’ e legitimar outras consideradas ‘normais’ (id.).

Gênero, tal como é tratado na contemporaneidade, refere-se à forma como cada cultura trata a diferença entre os sexos, colocando a cada um deles determinados significados e a maneira de como estes significados são inscritos socialmente. Também nos estudos acerca de gênero, observa-se que, primeiramente, essa categoria foi usada para marcar a diferenças entre os sexos, mais tarde, adicionou-se às questões de diferenças de raça, etnia, nação, classe e sexualidade. O gênero é uma forma de significar as relações de poder. Ou seja, daquele poder que torna possível agir sobre a ação do outro, possibilitando que se abra todo um campo de ação, reação, respostas e novas invenções na vida social, econômica e política e por meio do qual o poder é articulado.

---

<sup>15</sup> SCOOT, Joan *El movimiento por la paridad: un reto al universalismo Frances*. In: BORDERÍAS, Cristina (org) Joan Scott y las políticas de la história. Barcelona: Icaria editorial, 2007.





O que entendemos por identidades, valores, saberes e modos de pensar pretensamente universalizantes? Que critérios usamos para assim classificá-los? Quem tem poder de escolher e de aplicar tais critérios? Como articulamos esses saberes, lógicas com outras identidades, outros saberes, outras formas de pensar e ver o mundo? Como a partir de perspectivas que ensinamos, definimos quem sabe e quem não sabe? O que é racional, o que é verdadeiro e o que é falso, o que é universal e o que é relativo? Que implicações o ato de nomear, dar sentido tem sobre as identidades de gênero? Como nos diz Fleuri:

O que nós estamos chamando de interculturalidade refere-se a um campo complexo em que se entrecruzam múltiplos sujeitos sociais, diferentes perspectivas epistemológicas e políticas, diversas práticas e variados contextos sociais”.<sup>16</sup>

Assim, a diferença, a diversidade e as identidades tendem a ser essencializadas, cristalizadas e naturalizadas, no entanto, não têm este caráter essencial porque não são fixas, estáveis, únicas e permanentes, mas um efeito, um processo de produção, uma relação.

A proposta de uma educação voltada para a diversidade coloca a todos nós, educador@s, o grande desafio de estar atentos às diferenças econômicas, sociais e raciais e de buscar o domínio de um saber crítico que permita interpretá-las.

Talvez pensar a interculturalidade a partir da perspectiva crítica fosse um dos caminhos para combater os preconceitos e discriminações ligadas ao gênero, às constituindo assim uma nova prática cultural para uma sociedade como a nossa que é composta por diversas etnias, nas quais as marcas identitárias, como cor da pele, modos de falar, diversidade religiosa, fazem a diferença em nossa sociedade. E essas marcas são definidoras de mobilidade e posição social na nossa sociedade.

Retomando os conceitos fundamentais que instigaram tal discussão, sabe-se que, natural, biológica e culturalmente, cada comunidade busca manter suas características, seus hábitos e costumes, enfim o que se poderia chamar de sua “identidade”, com a intenção de evitar a exposição e a descaracterização do que se poderia chamar de sua “cultura”. O que é fundamental acrescentar finalmente, é que as identidades, em relação a como foram construídas, devem ser vistas dependentes do contexto social. Este exercendo fundamental papel na consolidação destas identidades que constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e constituídas por meio de um processo de individualização, uma organização que se mantém ao longo do tempo, em um determinado espaço e contexto social e político fortemente marcado por relações de poder.

---

<sup>16</sup> FLEURI, Reinaldo Matias. *Intercultura e Educação* Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, 2003, n. 23, p.41





Pensar as relações de gênero e a interculturalidade significar destacar a produção dos papéis sexuais e sociais, significa expô-lo, implicando em questionar os códigos, as convenções, os artifícios, os discursos por meio dos quais as identidades de gênero são produzidas: implica tornar visíveis sua arquitetura. Pensar a interculturalidade numa perspectiva de gênero é entender que ambas são construções lingüísticas, discursivas, de uma realidade própria.

### *Referências bibliográficas*

- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre as certezas e inquietudes*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.
- COLLIN, Françoise. *Práxis de la différence*. Paris: Les Cahiers du Grief, 1992.
- FLEURI, Reinaldo Matias. *Intercultura e Educação* Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, 2003, n. 23.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIROUX, Henry; SIMON, Roger. *Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana e a base para o conhecimento curricular*. In: SILVA, Tomas Tadeu (org) Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1995.
- HUNT, Lynn (org). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992,
- LOURO, Guacira Lopes. *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Ed Vozes, 2003.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *Elogio da diferença. O feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SCOOT, Joan *El movimiento por la paridad: un reto al universalismo Frances*. In: BORDERÍAS, Cristina (org) Joan Scott y las políticas de la história. Barcelona: Icaria editorial, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista*. Debate feminista. Cidadania e feminismo (edição especial). São Paulo: Cia Melhoramentos, 1999.
- \_\_\_\_\_. *La querelle des femmes – no final do século XX*. Revista estudos feministas, V.9, n.2/2001,p.367-388. Florianópolis: CFH/UFSC.